

# Semana dos Povos Indígenas 2023



**Territórios Livres:  
Povos sem Fome**





Agrobiodiversidade do povo Tikuna, na comunidade Filadélfia, no município de Benjamin Constant (AM)

Foto: Markus S. Enk/LAMC-Universidade Livre de Bruxelas

**A**pós quatro anos de imensos desafios, vivenciamos o retorno do Brasil ao vergonhoso “Mapa da Fome”, da Organização das Nações Unidas (ONU), e à insegurança alimentar. O percentual de brasileiras e brasileiros que não têm certeza de quando vão fazer a próxima refeição está acima da média mundial.

Para muitos povos indígenas, esse cenário de aumento da insegurança alimentar e da fome intensificou-se, sobretudo, para aqueles que estão em luta pela demarcação de suas terras, vivendo em acampamentos, retomadas e à beira de estradas. Apesar disso, o ano de 2023 inicia com sabor de esperança: há sinais de que o combate a essa lastimável situação de desigualdades e injustiças sociais começa a acontecer.

Mais uma vez sintonizada e sensibilizada com os problemas da população em situação de vulnerabilidade, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realiza a Campanha da Fraternidade deste ano com o tema “Fraternidade e fome”, e com o lema “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mt 14,16).

Perante a temática, pode-se afirmar que o “vós mesmos” diz respeito aos próprios povos indígenas e suas lutas por terra, que fornece seus alimentos. Mas “vós mesmos” também se dirige ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O Cimi está empenhado em repercutir a voz indígena, os seus gritos e as suas dores na sociedade brasileira e na Igreja – a voz do Evangelho, que clama por justiça, pelo cuidado da natureza e por condições de vida com dignidade.

O Cimi, na Semana dos Povos Indígenas 2023, acompanha a campanha da CNBB, e apresenta o tema: “Territórios Livres”, e o lema “Povos sem fome”.

Dessa forma, o Cimi quer dar enfoque ao riquíssimo universo indígena do Brasil – formado por mais de 300 povos, com uma variedade de 270 línguas – e às possibilidades dos povos originários de contribuir no processo de segurança alimentar e saúde do país. Por meio de suas experiências, os indígenas mantêm as florestas em pé, a água limpa e pura, sem venenos, garantindo alimentos saudáveis e vida plena. Além de proporcionarem, a eles mesmos, a autossustentabilidade.

Os mitos indígenas mantêm o futuro aberto. Retomando o princípio da esperança na realidade, os povos celebram a reconstrução da vida em sua inteireza e a busca da “terra sem males”. Ao garantir seus territórios livres de invasores e devastadores do ecossistema, assegura-se o jeito próprio dos povos originários viverem – em harmonia com a Mãe Terra, levando o Bem Viver para todas e todos.

Foto: Markus S. Enk/LAMC-Universidade Livre de Bruxelas



Índigena do povo Tikuna preparando Pupeca de Peixe na comunidade de Bom Caminho (AM)

## Territórios livres: comida sem veneno, povos sem fome

Muitos povos indígenas trazem em suas narrativas de criação uma realidade de fartura, onde não precisavam de muito esforço para garantir uma alimentação essencial. A Mãe Terra, preservada e abundante, provia os alimentos necessários e suficientes para alimentar o grupo. Como forma de retribuir a dádiva, alguns povos, entre eles o povo Guajajara (MA), ao colher os frutos da roça, deixam uma parte dela para que os animais se alimentem.

O gesto evidencia a relação de reciprocidade que os indígenas têm com a natureza. Um sentimento de pertencimento à terra, onde tudo está interligado e se complementa. Se nos alimentamos dos frutos da terra, outras criações também podem e precisam. Quanto mais a terra é cuidada, mais comida é produzida. Assim, não há fome.

Para o povo Apinajé (TO), cuidar da terra é fundamental para garantir comida e costumes.

As famílias plantam feijão, mandioca, milho, macaxeira, melancia, arroz, inhame, abóbora, entre outros. A produção é destinada ao consumo interno, e as roças são importantes para garantir festas e cerimônias. O sistema tradicional de fazer roças não degrada o meio ambiente e não polui as águas nem o solo. A comida é produzida livre de agrotóxicos e outros produtos químicos.

Os indígenas se preocupam com a conservação, multiplicação e distribuição de sementes tradicionais (ou crioulas), pois esse patrimônio genético está se perdendo – ou sendo alterado e contaminado. Antônio Apinajé, liderança do povo Apinajé, reforça que os indígenas tomam os devidos cuidados com a Mãe Terra.

“As roças são plantadas duas ou três vezes no mesmo lugar. Nos anos seguintes, enquanto o local se recupera [ou descansa], fazemos as roças em outras áreas. Se o local é muito próximo da aldeia, é recomendado implantar um Sistema Agroflorestal [SAFs] com plantio de laranja, manga, goiaba, limão, banana junto com bacuri, murici, bacaba, buriti açai e outras espécies nativas da região”.

Para os povos indígenas, soberania alimentar é produzir a própria comida sem veneno, ter fartura de alimentos e poder realizar seus rituais – a exemplo do Poohyh Pry Jõ’amjõh Quin, da Peteca de Milho, do povo Krikati (MA). Para que a festa seja realizada, é preciso ter roça de milho para fazer petecas, além de território, água, relações e de vida. A época em que ocorrem os rituais é de muita comida, de trocas de experiências, de visitas de Encantados. Sem isso, o ritual fica comprometido.



Katika Karipuna, liderança do povo Karipuna (RO), preparando farinha

Após um longo processo de espoliação do território, o povo Ka’apor (MA) rompe com esse sistema em 2013. As mulheres são as primeiras a perceber a necessidade de interromper a destruição – como a extração e venda ilegal de madeira, entre outras práticas nocivas – para se reconectar com o modo de vida tradicional sem agredir a terra e o próprio povo. Elas empreendem estratégias de resistência e luta para expulsar invasores e recuperar o território.

À medida que vão desmontando as estruturas de madeireiros, os Ka’apor ocupam o espaço com roças de macaxeira e plantas frutíferas. As famílias assumem essas áreas como forma de impedir o retorno dos agressores. Nesse processo, os indígenas retomam a produção assim como seus ancestrais faziam, realizam trocas com comunidades que utilizam práticas agroecológicas e reconstróem sua soberania alimentar. Retomam também o próprio processo educativo a partir da sua história.

Eles cuidam da proteção do território e dos acordos de convivência, para pouco a pouco se afastar da realidade de violência e escassez a que foram submetidos. Para esse povo, produzir a própria comida alimenta a luta pela autonomia sobre seu modo de viver.

Isso é soberania alimentar: a produção em seu território com o objetivo de alimentar seu povo de forma saudável, substituindo o uso de processados. É também um autocuidado do povo, ao diminuir a exposição às cidades próximas ao território, reduzindo a possibilidade de contato com aliciadores para exploração dos recursos naturais. É valorizar a organização social e o Bem Viver, produzindo a partir do saber ancestral, com respeito aos ciclos na natureza, da memória coletiva, da reconexão com a terra e com seu modo de vida.

Para o povo Ka’apor, essa é a lei: respeitar a natureza. Itahu Ka’apor, liderança Ka’apor, fala da importância da floresta para a vida do povo, de onde tiram seu alimento ao invés de depender de supermercados. Ele lembrou de como o macaco capelão cantava por estar feliz, e a felicidade era por ter comida. “Os animais cantam para Ka’apor e Ka’apor canta para eles também, porque com a terra protegida, tem comida”, diz Itahu.

A liderança Ka’apor encerrou sua fala dizendo que “o capitalismo não quer vida, só morte”: “Nossa luta não tem muito tempo. Mas, devagar, vamos chegar onde queremos. Com nossa língua, nossa cultura, nossos costumes”.

### REFERÊNCIAS

ZANNONI, Claudio. **Conflito e coesão: dinamismo tenetehara**. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1999

Depoimentos das lideranças indígenas Antônio Apinajé e de Itahu Ka’apor



Peixes servidos na Terra Indígena Alto Turiaçu (MA)

## O pseudo desenvolvimento traz a fome!

Em plena pandemia, o Brasil bateu recordes na produção agrícola. Segundo dados oficiais, em 2020, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas teria atingido mais de 250 milhões de toneladas. Entretanto, o quê explica que, no mesmo período, o país voltou ao mapa da fome, tendo ganhado o mundo as imagens de filas para pegar ossos em um açougue na chamada “capital do agronegócio”, em Mato Grosso?

Na contramão da tão propagada ideia de tecnologia e popularidade, na verdade o agronegócio brasileiro não está focado em solucionar a fome ou sequer produzir em sua suposta pretensão de “alimentar o mundo”. Em 1988, o Brasil possuía 24,7% de sua área ocupada pela agricultura cultivada com arroz, feijão e mandioca, base alimentar da maioria dos brasileiros. Em 2018, a área para esses alimentos caiu para 7,7% e, em 2022, a área plantada desses alimentos foi a menor desde 1977.

Ao mesmo tempo, o cultivo de soja, que – com exceção ao óleo transgênico, consumido por grande parte da população – não compõe a base alimentar brasileira, teve sua área plantada ampliada para cerca de 76 milhões de hectares. No mesmo período, o arroz teve em área cultivada pouco mais de 1,6 milhão de hectares. E ainda é importante lembrar que, mesmo com recordes na produção de soja, o óleo dessa leguminosa subiu 104% no mesmo período. Por que essa aparente contradição?

A resposta não é difícil: o agronegócio não produz alimentos, produz *commodities* para exportação, com ganhos volumosos, beneficiado pela Lei Kandir<sup>(1)</sup>, pela isenção de impostos sobre agrotóxicos (concedido pelos estados inclusive em plena pandemia) e pelo não pagamento de dívidas, como por exemplo o Plano Safra, cuja dívidas são roladas a cada ano, e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), cuja dívida era estimada entre 34 e 40 bilhões em 2020.

Do ponto de vista ambiental, o agronegócio ainda é sinônimo de morte. Veneno e agrotóxicos foram criados para matar. E justamente no período em que o Estado brasileiro foi mais permissivo, o país bateu recordes em liberação de agrotóxicos: 493 liberações em 2020, e 562 em 2021. Nesse modelo agrotóxico-dependente, caracterizado por milhões de hectares de monocultivo, quanto mais agrotóxicos, mais as chamadas “pragas” criam resistência e demandam o aumento do uso de químicos.

Nesse contexto, cria-se um ciclo em que só ganham as grandes multinacionais da indústria química, enquanto a natureza, a fauna,

<sup>(1)</sup> A lei isenta do pagamento de ICMS os produtos primários e semielaborados destinados à exportação.



Indígenas do povo Shawãdawa, do território Jaminawa Arara, na região do rio Bagé (AC), preparando açai

a flora e a vida humana seguem, literalmente, morrendo ou contaminadas pelas pulverizações. Nesse aspecto, há um lado ainda mais sombrio: agrotóxicos são utilizados como arma química no ataque contra povos indígenas em recorrentes casos. Não são “acidentais”, portanto. Além de interpor-se entre os povos e seus direitos territoriais, o agronegócio, em diversos lugares, literalmente despejou veneno sobre comunidades.

Em outro braço do suposto sustentáculo da economia, o avanço da mineração e de garimpos impactam a vida e as possibilidades do usufruto exclusivo e saudável dos territórios pelos povos originários. Há anos, repetidas denúncias ganham noticiários dentro e fora do Brasil, sem, contudo, efetivas soluções. Nos territórios Yanomami (RR), Munduruku (PA), Nambikwara (MT), e em diversas regiões do país, essa prática de exploração vem poluindo os rios, a fauna, os solos e as pessoas, sobretudo por mercúrio. Essa violenta exploração compromete diretamente a soberania territorial e alimentar dos povos, espantando a caça – e a exemplo dos profundos buracos deixados como rastros do caos, semeiam fome, desnutrição, doenças e morte.

Sob um discurso de que “os povos estão sentados em trilhões”, numa referência à suposta necessidade de explorar os minérios nos territórios indígenas, projetos de lei (PLs), como o PL 191/2020, buscam legitimar as práticas que, ilegalmente, já significam prejuízos irreparáveis. Na defesa dessa exploração, apelam para uma suposta “participação nos resultados”, sendo que as terríveis consequências já são notadas.

Por isso, esse e outros projetos que buscam impor a vontade e os interesses de alguns em detrimento da vontade e do direito constitucional dos indígenas vêm sendo duramente rechaçados pelos povos. Se somam a essa negativa organizações aliadas e o Ministério Público Federal (MPF), que reafirma ser inconstitucionais tais projetos de lei.

Qualquer proposta em que se pretenda efetivar real desenvolvimento deverá sintonizar-se com conhecimentos e perspectivas dos povos, em diálogo pleno com estes, assegurando seu usufruto exclusivo e o fortalecimento de sua autodeterminação.

### REFERÊNCIAS

MITIDIERO JUNIOR, M.A. & GOLDFARB, Y. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo.** Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2021

**Ruralistas se articulam para obter perdão bilionário das dívidas do Funrural.** Disponível em: Brasil de Fato

**Governadores renovam isenção de R\$6 bi para agrotóxicos em meio à crise.** Disponível em: Repórter Brasil

**Governo projeta redução de até duas vezes na área plantada de arroz.** Disponível em: O Joio e o Trigo



Povo Xukuru Kariri na retomada da Fazenda Salgado, no município de Palmeira dos Índios (AL)

## Soberania alimentar dos povos indígenas depende do equilíbrio climático do planeta

Não é de hoje que a sabedoria ancestral dos povos indígenas alerta que há algo de errado com o equilíbrio climático do planeta. Os rios não enchem como antes – ou transbordam –, as estações do ano já não obedecem a uma ordem cronológica e até o canto dos pássaros, que guiava os períodos de plantações, mudou. Diante de todas essas transformações, os povos originários têm buscado construir estratégias para cultivar alimentos dentro dos territórios, resguardando, assim, sua soberania alimentar.

Mas, afinal, o que significa soberania alimentar? Sineia Wapichana, gestora ambiental do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e única brasileira convidada para participar da Cúpula de Líderes sobre o Clima, em abril de 2021 – nos Estados Unidos –, explica:

“Significa que os povos indígenas são soberanos naquilo que produzem. Nós plantamos aquilo que sabemos que faz bem para a nossa saúde, para o dia a dia, para os rituais e cultura. Soberania alimentar é ser soberano naquilo que fazemos de melhor. Plantamos sementes boas, sem agrotóxicos, totalmente orgânicas. Nós temos uma sabedoria milenar”, elucida a liderança.

Para enfrentar as alterações do clima, mantendo a autonomia na produção de alimentos dentro dos territórios, foi preciso pensar em outras formas de organização. Os indígenas passaram, então, a colocar em prática novas estratégias para preservar o Bem Viver, a saúde e a resistência originária.

Entre as técnicas adotadas, está o banco de sementes vivas: por meio de observações, comunidades indígenas conseguem detectar quais são as espécies mais resistentes a cada estação do ano para usá-las, futuramente, nos territórios. Para isso, é preciso preservar uma área da terra indígena, permitindo a multiplicação das sementes a longo prazo. A prática é realizada, por exemplo, nos territórios da região da Serra da Lua, em Roraima – onde foi feito o primeiro estudo de caso sobre os efeitos das mudanças climáticas nas terras indígenas do país.

Outra estratégia para preservar a soberania alimentar consiste na mudança do local das plantações – ainda dentro do próprio território. Na avaliação de Sineia, os indígenas não enxergam isso como uma adaptação, mas sim como uma forma de enfrentar as transformações ocasionadas pelas alterações do clima.

“Às vezes os indígenas mudam de lugar para continuar plantando. Por exemplo: com a cheia dos rios, aqueles povos que plantavam na várzea passam a plantar em terra firme. Mas nem sempre aquele solo é o mais apropriado para o plantio, sendo necessário fazer uma correção. Esse é um problema que traz, junto a ele, a resistência dos povos indígenas para continuar sua vida social e cultural”, explica Sineia.

Povos indígenas de todo o país também realizam trocas de sementes tradicionais com o intuito de recuperar e conservar a diversidade de alimentos. Esse é o caso do povo Xukuru do Ororubá (PE), de Pernambuco, que desde 2005 realiza um encontro anual – o Urubá Terra – de agricultores e agricultoras indígenas.

Ao receber sementes de uma nova espécie, os participantes do evento devem plantá-las e protegê-las para uma nova troca no



Sineia Wapichana, gestora ambiental do Conselho Indígena de Roraima (CIR), à beira do Lago Caracaranã (RR)



Criança do povo Madija (AC) ajudando a assar a caça

ano seguinte. Dessa forma, já foi possível recuperar uma grande diversidade de sementes tradicionais de milho, fava, feijão, macaxeira, entre outros.

### Enfrentamento

Ao longo dos últimos anos, diversos estudos comprovaram que os territórios originários funcionam como barreiras contra o desmatamento, o agronegócio, a mineração e as mudanças climáticas – fenômeno que não necessariamente é nomeado dessa forma pelos indígenas. Conectados diretamente com a natureza, os povos originários são os primeiros a sentir os efeitos das alterações na temperatura do planeta.

“Precisamos, dentro dos estudos e políticas públicas que já estão em desenvolvimento, achar soluções para que os povos indígenas possam continuar a vida dentro das florestas e superar muitas dessas transformações climáticas que já chegaram em suas regiões e estão afetando diretamente os seus modos de vida, principalmente as plantações. Os indígenas já não conseguem mais plantar no tempo certo, porque o clima está alterado”, lamenta Sineia.

As mulheres indígenas do povo Baniwa (AM) chamam a atenção pela resiliência em épocas de cheia do Rio Negro (AM). Há um tempo, as populações ribeirinhas e indígenas da região enfrentam as inundações das roças, que põem em risco a segurança alimentar dessas comunidades. Para não perder as plantações de mandioca – parte da base alimentar da região e que dá origem a outros alimentos –, as Baniwa já chegaram a mergulhar para colher as raízes que ficaram submersas.

A demarcação dos territórios originários é um caminho necessário para combater as alterações climáticas e garantir a soberania alimentar dos povos indígenas. Há quem não acredite, mas os conhecimentos tradicionais provam, cada vez mais, que os indígenas possuem força e resiliência para enfrentar as consequências geradas pela máquina capitalista. Garantir a demarcação e a proteção das terras indígenas é preservar os bens naturais e assegurar que as futuras gerações tenham uma vida saudável.

#### REFERÊNCIAS:

**Terras indígenas funcionam como barreira ao desmatamento na Amazônia.** Disponível em: [Jornal da USP](#)

**As florestas precisam das pessoas.** Disponível em: [Acervo Socioambiental](#)  
Entrevista com Sineia Wapichana, gestora ambiental do Conselho Indígena de Roraima (CIR)

Informações do Cimi Regional Nordeste – sobre o encontro Urubá Terra

## Retomando o território, produzindo comida, tecendo o Bem Viver

A “vontade política” se estabelece como soberana e se coloca acima dos princípios constitucionais. Esse entendimento promove o ataque e a negação aos direitos e estimula a violência, o racismo, a invasão e destruição da terra – além da descontinuidade dos processos de demarcação e de regularização dos territórios reivindicados pelos povos. Ele fragiliza os pilares que sustentam a vida e a diversidade cultural.

Diante desse contexto, os povos têm resistido por meio das retomadas de seus territórios, concretizando a autodemarcação, reconstruindo territórios e a vida em todas as suas dimensões. Marisol Kaiowá vive desde 2018, junto aos Guarani e Kaiowá (MS), na retomada do território Laranjeira Ñanderu, no estado de Mato Grosso do Sul. Em depoimento, a jovem liderança fala sobre o processo de resistência para garantir a liberdade e direitos de seu povo:

“Não ocupamos a terra só para ocupar. Nós não temos mais espaço para plantar, para construir uma família neste lugar. Então, há a história de nossos antepassados, que falam que essa terra era do nosso tataravô e bisavô. Essas histórias passam de geração em geração para nós, indígenas. Sabemos que o país chamado Brasil era dos povos originários. Então, a retomada não é só para retomar. Na retomada, construímos tudo de novo: nossa cultura, nossa Casa de Reza, nossa roça, nossas plantas medicinais, casas tradicionais. Há poucas casas feitas de sapé, porque várias aldeias não têm mais sapé. Então nós retomamos, sim, a nossa terra.

Antes era tudo gado. Hoje estamos em um lugar em que cultivamos nossa alimentação saudável, que plantamos e que estamos colhendo. Chegamos em uma retomada não só para retomar, chegamos para construir neste espaço uma vivência. Às vezes, nos questionam ‘por que é que estão retomando essa área?’. Porque as pessoas que vivem na retomada passam muita dificuldade na educação, na saúde, em tudo. Quem vive, sabe como é a retomada.

Nós retomamos Laranjeira Ñanderu em 2018. Tudo o que plantamos foi com nossas mãos, é tudo orgânico. Temos, agora, mandioca, milho, batata, mamão, cana, banana, guavira, abacaxi, verduras, legumes. Tudo o que plantamos, colhemos, e de novo replantamos.

Além da terra, retomamos o nosso modo de ser. Em fevereiro de 2023, a comunidade Laranjeira Ñanderu realizou o segundo Jerosy Puku [batismo do milho branco]. Com o ritual, a comunidade se reaproximou do Jakairá [espírito das plantas]. Por meio dele, as plantas nascem, crescem bonitas e saudáveis, e a colheita

é abundante, o que promove uma alimentação saudável para as famílias do tekoha<sup>(2)</sup>.”

A retomada de territórios tradicionais é uma reação dos povos indígenas à morosidade e às conveniências do Estado. É uma afirmação do direito de existência enquanto coletividade, superação dos diversos processos de violência a que continuam submetidos os povos indígenas pela defesa da autonomia, do protagonismo e da soberania.

A transformação desse espaço, desse lugar de pertencimento, é uma afirmação do “ser” acima do “ter”. Ela tem como essência o reconhecimento de uma herança, que permite o resgate de uma identidade ancestral condenada ao esquecimento. A existência desse lugar perpassa gerações, representa a reconstrução de vidas e projetos de futuro.

Esse é o desafio que os povos indígenas enfrentam desde os processos de invasão. Nessa dinâmica, para os Tupinambá (BA), da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença (BA), retomar o território possibilitou o retorno dos parentes, dos Encantados, de suas práticas espirituais e culturais, do ser Tupinambá, recuperando o território e o Bem Viver.

A reconstrução e o equilíbrio desse espaço sagrado têm como premissa processos de inclusão e ações coletivas, alicerçadas em conhecimentos ancestrais. Nesse sentido, o “legal” e o “legítimo” caminham juntos para a garantia do bem comum, na proposição de ações concretas que coloquem a defesa de todas as formas de vida no centro. Esse é o objetivo principal. Superar entraves políticos e jurídicos perpassa caminhos de mobilização e articulação. O projeto de autonomia é um horizonte a ser alcançado.

Trata-se da reprodução de conhecimentos, fortalecidos nos saberes ancestrais por meio da oralidade enquanto testemunho de um direito originário – com visão de futuro, onde

riqueza e fartura têm significados diferentes. Assim, para a sociedade Madija (AC e AM), ter prestígio é ser generoso. Quanto mais o indivíduo partilha o que tem, mais prestígio terá. E, ao contrário, quanto mais acumula, menos prestígio terá.

Estabelecer espaços concretos para confrontar modelos de desenvolvimento, resgatar formas próprias de ser e viver que fortaleçam projetos de vida – confrontados e desafiados constantemente –, é uma forma de reconstruir práticas solidárias de ocupação, de produção e partilha, bem como de superar adversidades, retomando o legado enquanto herança. O lugar de reconstrução do Bem Viver é o território: retornar é uma condição de existência e de identidade. É um grito em defesa da vida em plenitude.

<sup>(2)</sup> O tekoha é a terra tradicional dos Guarani Kaiowá, espaço sagrado onde se reproduz a vida de uma comunidade-aldeia, onde se gera e realiza a cultura, onde se realizam os rituais

Depoimento de Marisol Kaiowá, liderança do povo Guarani Kaiowá (MS)

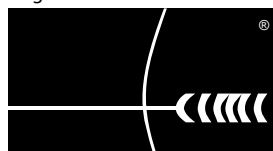


Seu Tito Vilhalva, mesmo com mais de um século de vida, ainda trabalha nos roçados comunitários do Guyraroka (MS)



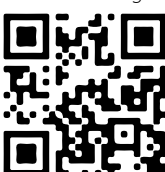
Sementes crioulas e agroecológicas foram entregues aos Guarani e Kaiowá, da Terra Indígena Rancho do Jacaré (MS), em agosto de 2021

Organismo vinculado à CNBB



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

www.cimi.org.br



f Conselho Indigenista Missionário CIMI

o cimi\_conselhoindigenista

t @CimiNacional

CAPA: A indígena Laís Eduarda Tupinambá reflorestando áreas afetadas por atividades predatórias. | ABRE: Verônica Holanda/CIMI com fotos de Hellen Loures/CIMI; Nathalia Segato, Julian Scholl, Ric Matkowski, Kateryna Ivanova, Petter Rudwall, Nareeta Martin, Sebastian Pichler, Claudel Rheault, Gustavo Sousa/Unsplash

EDIÇÃO: Marina Luísa Oliveira e Verônica Holanda

REVISÃO: Marina Luísa Oliveira, Tiago Miotto e Verônica Holanda

TEXTO: Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Gilberto Vieira, Ivanilda Santos, Marina Luísa Oliveira, Paulo Suess e Rosimeire de Jesus Diniz Santos, com colaboração das equipes do Cimi Regional Amazônia Ocidental, Cimi Regional Goiás/Tocantins, Cimi Regional Leste, Cimi Regional Maranhão, Cimi Regional Mato Grosso do Sul e Cimi Regional Nordeste

DIAGRAMAÇÃO: Licurgo S. Botelho | IMPRESSÃO: Gráfica Qualytá

APOIO

